

OS OITO ASSASSINATOS JÁ CONFIRMADOS NO MASSACRE DE IPATINGA

A tragédia que se abateu sobre os operários da Usiminas alguns meses antes do golpe militar foi narrada em detalhes por um jornalista e permanece uma chaga aberta na história de Minas:

"Então chegou o comandante dos policiais, um tal de Tenente Jurandir, e disse que tinha ordens de mandar seu pelotão abrir fogo, se necessário, para obrigar todos a entrar em serviço. Ele disse de público que tinha recebido ordens do Dr. Gil Guatimosim (Superintendente da Usiminas) e do Governador Magalhães Pinto (à época, governador de Minas Gerais e um dos golpistas de 64) para atirar, caso os operários não evacuassem o local. Houve, então, discursos, tentativas de diálogo, mas foi tudo em vão. O Padre Avelino sugeriu que se procurasse o Dr. Gil Guatimosim, mas o mesmo se recusou a comparecer, dizendo que não se rebaixaria a conversar com grevistas e que a autoridade policial (no caso o Tenente Jurandir) poderia fazer o que julgasse conveniente para os trabalhadores retornarem ao trabalho. [...] O comandante do destacamento policial deu ordens para que todos os seus homens subissem na carroceria do caminhão e começassem a atirar na multidão. [...] Quando já se ouvia o apito do trem para Vitória, a polícia começou a atirar nos trabalhadores. Eram doze policiais, a maioria armada de metralhadora tripé e três fuzis. Durante cerca de quinze minutos, parecia uma praça de guerra. Só se ouviam estrondos de fuzis e rajadas de metralhadoras e, de vez em quando, gritos e gemidos [...] Era uma cena dantesca. Centenas de trabalhadores baleados, vários mortos. [...] Um grupo de operários invadiu o gabinete do engenheiro Gil Guatimosim, colocando um cadáver ensanguentado em sua mesa. Os operários quase o lincharam [...]."¹

Esse episódio, que ficou conhecido como Massacre de Ipatinga, está sendo estudado e apurado pela Covemg. Para tanto, a Subcomissão III, formada para apurar as graves violações aos direitos dos trabalhadores e do movimento sindical e camponês em Minas Gerais de 1946 a 1988, bem como os atos repressivos e políticos que afetaram seus interesses e conquistas, especialmente durante o regime militar implantado pelo golpe de 1964, organizou uma equipe de trabalho.

O Grupo B está preparando um relatório específico com a finalidade de arrolar e descrever a repressão perpetrada por vigilantes privados da Usiminas e pela PMMG na cidade de Ipatinga, Vale do Aço, no dia 7/10/1963, que provocou mortes ou ferimentos em centenas de operários dessa empresa ou locados em canteiros de obras. Visa, ainda, a apresentar o contexto econômico-

¹ SOARES, Daniel Miranda. *O Massacre de Ipatinga*. Caderno Ceas, N. 64. Apud: PEREIRA, Carlindo Marques. "O Massacre de Ipatinga". São Bernardo do Campo, Departamento de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987 (1ª edição em 1984).

social e as circunstâncias políticas do evento, para depois extrair conclusões e fazer recomendações aos órgãos competentes.

Considerando a conformação tardia da Covemg e o prazo estipulado para se apresentarem contribuições à CNV, que se esgotou em setembro, o Grupo B decidiu enviar-lhe apenas as informações sobre os oito assassinatos já levantados e aceitos por consenso entre os pesquisadores e autoridades, com informações baseadas em relatos, depoimentos e documentos de vários tipos, devidamente validadas e publicadas a seguir. Tais dados, apresentados a seguir, compõem uma parte do futuro relatório sobre o Massacre de Ipatinga.

I – Aides Dias de Carvalho

Filho de João Dias de Carvalho e Maria Motta, Aides Dias de Carvalho, solteiro, nasceu em Aimorés, MG, por volta de 1940. Aos 23 anos era operário industrial e residia no bairro Bom Jardim, Ipatinga. No dia 7/10/1963, Aides estava na aglomeração de operários em torno da antiga portaria 57 da Usiminas, situada no bairro Horto, quando foi atingido por um tiro desfechado pelas costas por efetivos da PMMG. O projétil lhe perfurou o crânio na parte média occipital, de trás para frente. Não houve requerimento sobre o seu caso à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).² Também inexistiu abertura de processo na Comissão da Anistia (CA).

II – Alvino Ferreira Felipe

Alvino Ferreira Felipe, operário na empreiteira AD Cavalcanti, era nascido em 27/12/1921 no Município de Ferros, MG. Tinha como pais Maria do Patrocínio Silva e Antônio Felipe. No dia de sua morte, estava em tratamento de saúde, pois havia sido atingido pela roda de um caminhão que transportava trabalhadores ao serviço. Segundo relato de sua filha, Maria da Conceição Gomes Felipe, Alvino se dirigia no dia 7/10/1963 à sede do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, em Acesita, para submeter-se a perícia médica, quando foi alvejado. O pai teria sido avisado sobre a greve, mas não acreditou e continuou a caminhar em direção à antiga portaria 57, no Bairro Horto, onde foi atingido pelo tiro.

Sua morte decorreu de ferimentos por disparos de arma de fogo. O projétil lhe perfurou o crânio na região occipital, provocando a sua morte antes do socorro. O corpo acabou levado para o escritório central da Usiminas e tido como indigente, de vez que as autoridades julgaram o paletó

² CEMDP. *Direito à Memória e à Verdade*, p. 51.

que usava muito simples, diferente do uniforme dos colegas. Porém, um funcionário da usina o reconheceu na sala da empresa e avisou à sua família, que o recuperou. O legista Hercílio Costa Lage assinou o óbito, atestando “hemorragia interna devido a ferimento penetrante no crânio, por projétil de armas de fogo”.

Alvino deixou cinco filhos e mulher, que receberam pensão da Usiminas durante dois anos, Depois, esse benefício foi transferido ao INSS, que por fim deixou de pagá-la sob alegação de casamento exclusivo em cerimônia religiosa.³ Seu caso foi avaliado pela CEMDP, por meio do processo administrativo 130/04, sendo deferido em 26/1/2004. Sua esposa, Maria Dias Martins, recebeu indenização, conforme Decreto de 16/10/2004.⁴

III – Antônio José dos Reis

Antônio José dos Reis, filho de Almerinda Reis e Manoel Celestino dos Reis, nasceu em 15/12/1925, no Município de Mantena, MG, e era casado com Tereza Gomes. Quando houve o Massacre de Ipatinga, trabalhava como operário na Convap – empresa de construção civil – há dois meses. No dia 7/10/1963 havia saído de casa como de costume, às quatro da manhã, para pegar condução. A esposa acordou com o chamado do sogro, que lhe avisou sobre os acontecimentos na Usiminas.

No primeiro momento ninguém se preocupou, pois Antônio José certamente já estaria dentro da empresa. Ao final do dia, Tereza percebeu que ele demorava demais para voltar. Ficou então sabendo sobre a morte do marido por meio de um colega de serviço, Irineu, presente no local na hora em que os tiros foram disparados.⁵

No laudo de necropsia, assinado pelo legista Hercílio da Costa Lage, está escrito: “fratura na base do crânio devido a projétil de arma de fogo”. Antônio José estava na aglomeração de operários em torno da antiga portaria 57 da Usiminas, no bairro Horto, quando um tiro lhe atingiu a região interescapular esquerda, na coluna vertebral, saindo pelo maxilar superior direito. Seu caso foi alvo do procedimento administrativo na CEMDP 120/04, sendo deferido em 26/10/2004 e publicado no dia 29/10/2004.

IV – Eliane Martins

³ ALMG. *Notas Taquigráficas*. Belo Horizonte, ALMG, 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Ipatinga, p. 32.

⁴ http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/2004/decreto-35288-16-dezembro-2004-535126-retificacao-22536-pe.html
<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/182>

⁵ CEMDP. *Direito à Memória e à Verdade*, p.52.



Fonte⁶

Ângela Eliane Martins, filha de Antonieta Francisca da Conceição Martins e José Martins Filho, tinha três meses de idade em 7/10/1963 quando foi assassinada no colo de sua mãe, que estava próxima à concentração de operários insatisfeitos, à caminho de uma consulta médica. Foi atingida por um tiro na coxa esquerda, disparado por um policial militar. O ferimento mortal aconteceu há poucos quilômetros da antiga portaria 57, onde havia começado a repressão.

Segundo laudo da polícia técnica, um disparo de policiais em fuga atingiu Antonieta e perfurou seu corpo, ferindo-a gravemente. A seguir, trespassando-a, adentrou pela coxa de Eliane e rompeu sua artéria femural esquerda. Dois rapazes que passavam pelo local de jipe as socorreram e levaram à Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, onde o bebê veio a falecer na tarde do mesmo dia. Sua mãe conseguiu sobreviver e tem paradeiro desconhecido.⁷

Não houve requerimento sobre o caso de Eliane à CEMDP. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Seu assassinato também não foi apreciado pela CA, restando sem reparação econômica. O Hospital Municipal de Ipatinga recebeu o nome de Eliane Martins em sua homenagem, ainda que com grafia errônea.

V – Geraldo Rocha Gualberto

⁶ <http://2.bp.blogspot.com/-NdPqYRSUYbs/UG9rORfY90I/AAAAAAAAfGY/pDy0zXOf2Ds/s1600/Elieane+Martins+v%C3%ADtima.jpg>

⁷ <http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/pphr/files/2013/02/PAGNOSSA-Tadeu-Pamplona.pdf>
<http://www.euamoipatinga.com.br/Personagens/noticias.asp?codigo=295>



Fonte⁸

Geraldo Rocha Gualberto, filho de Maria Tereza da Rocha e Romeu Gualberto, nasceu em 1º/3/1935, no Município de Braúnas, MG, e era alfaiate. Conforme narrativa de uma irmã, estava em Ipatinga a passeio. A CEMDP relata que saiu de casa na manhã do dia 7/10/1963 para comprar material de trabalho em uma loja. No caminho, deparou-se com a manifestação de funcionários da Usiminas e parou para conversar com um primo, quando ambos tentaram se proteger das balas disparadas em todas as direções. Os policiais militares utilizavam até mesmo uma metralhadora com tripé, instalada na carroceria de um caminhão.

Nas proximidades da Estação Ferroviária, uma bala atingiu a nádega esquerda e penetrou na região perirrenal direita de Geraldo, levando-o à morte. Documentos anexados ao processo informam que seu corpo foi enterrado na terra natal sem exame de necropsia, o que ensejou a sua exumação algumas semanas depois, para corrigir a ilegalidade. A CEMDP analisou o caso e o deferiu. Pelo Decreto de 16/12/2004, sua mãe recebeu indenização no valor de R\$100.000,00.⁹

VI – Gilson Miranda

Gilson miranda, nascido em 1929, era natural de Vitória, ES, e se mudou para Ipatinga, onde trabalhava como operário de indústria. No dia 7/10/1963, quando integrava a multidão de

⁸ CEMDP. *Direito à memória e à Verdade*, p.53.

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10404.htm

operários aglomerados em torno da antiga Portaria 57 da Usiminas, situada no bairro Horto, foi atingido por um projétil disparado por arma de fogo. Conforme o laudo de corpo delito, o tiro lhe atingiu o olho direito. Não houve requerimento à CEMDP sobre o caso.

VII – José Isabel do Nascimento



Fonte¹⁰

José Isabel do Nascimento nasceu no Município de São Domingos do Prata, MG, em 8/7/1931. Filho de Maria Claudina de Jesus e Joaquim Isabel do Nascimento, era fotógrafo amador e Mestre Montador da empresa Fichet, empreiteira da Usiminas. Casado com Geralda Aguiar do Nascimento, tinha cinco filhos. Segundo a família, saiu de casa, no centro de Coronel Fabriciano, para mais um dia de trabalho e acabou integrando-se à multidão de operários grevistas no piquete organizado em frente à portaria principal de acesso à Usiminas.

Como trazia a máquina fotográfica, José Isabel passou a registrar a movimentação da tropa momentos antes do início do tiroteio, inclusive um soldado com metralhadora de tripé. Teve tempo de esgotar um rolo inteiro, tirá-lo da máquina e colocar outro. Quando ia bater a primeira foto do novo filme, foi atingido por um disparo de fuzil e caiu. Levado à Casa de Saúde Santa Terezinha, em Coronel Fabriciano, foi submetido a duas cirurgias, mas morreu dez dias depois, em

¹⁰ <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/81>

17/10/1963. O projétil lhe perfurara a região lombar direita, danificando-lhe o intestino. O legista José Ávila diagnosticou “abscesso subepático devido a projétil de arma de fogo”.

O nome de José Isabel consta no livro *Direito à Memória e à Verdade*, produzido pela CEMDP, conforme o Diário Oficial da União (DOU: 29/10/2004), e também aparece no *Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, sendo identificado como morto em ambos. A CEMDP, em sua décima sessão ordinária, 26/10/2004, reconheceu e inseriu José Isabel na tipificação do artigo 4º, I, “c”, da Lei nº 9.140, de 4/12/1995. Em Belo Horizonte existe uma avenida com seu nome no Bairro Novo Aarão Reis.¹¹

VIII – Sebastião Tomé da Silva

Nascido no Município de Guanhães, MG, em 20/8/1943, Sebastião Tomé da Silva, filho de Geralda Cristina da Silva e José Tomé de Araújo, mudou-se para Ipatinga em busca de melhores condições de vida, pois era arrimo de família. Assim que conseguiu um emprego na Usiminas, como operário-ajudante, buscou a mãe, já viúva, e seus seis irmãos menores. No dia 7/10/1963, como chegou para trabalhar e se viu impedido de entrar nas dependências da Usiminas, resolveu ficar nas imediações, próximo à antiga portaria 57 da Usiminas, no bairro Horto, aguardando pela resolução do impasse entre os trabalhadores e a direção da empresa.

Enquanto esperava, foi atingido por uma bala na nuca.¹² O legista Hercílio Costa Lage definiu como *causa mortis* as “lesões encefálicas, dando ferimento penetrante no crânio por projétil de arma de fogo”.¹³ Sebastião foi reconhecido como morto pela CEMDP, no Processo nº 161/04, com deferimento em 26/10/2004 por unanimidade.¹⁴ Seus irmãos receberam indenização relativa à sua morte por meio de Decreto expedido em 26/10/2005.¹⁵

IX – Autoria

¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Lei nº 10.463*, de 2/5/2012.

¹² CEMDP. *Direito à Memória e à Verdade*, p. 54.

¹³ CEMDP. *Direito à Memória e à Verdade*, p. 54.

¹⁴ UNIÃO. *DOU 29/10/2004*.

¹⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10662.htm

Os participantes da execução direta e a cadeia de comando da PMMG no Massacre de Ipatinga são os seguintes:

a) Governador Magalhães Pinto;

b) Cel. José Geraldo de Oliveira, Comandante-Geral da PMMG;

c) Capitão Robson Zamprogno, do 6º Batalhão de Infantaria da PMMG, sediado em Governador Valadares. Em 1963 esse policial militar acumulava as funções de delegado especial do então Distrito de Ipatinga, em Coronel Fabriciano, MG, e de comandante-geral do destacamento local da PMMG, que incluía homens do 6º Batalhão e do Regimento de Cavalaria de Minas (RCM);

d) Tenente Jurandir Gomes de Carvalho, comandante do RCM, subordinado a Zamprogno;

e) Soldados da tropa que atuou diretamente no Massacre, segundo o inquérito penal militar que os acusou, quais sejam, o cabo José Maria Francisco, e os soldados Francisco Torres Dutra, Sebastião Campelo de Oliveira, José Gomes Vidal, Sebastião Cândido da Silva, Argentino Teodoro Tavares, José Félix Gaspar, Florício Fornaciari, José Cirilo Borges, Milton Souto da Silva, José Rodrigues, João Clementino da Silva, João Medeiros, Moacir Gomes de Almeida, Odeino Gomes, Elson Valeriano, Joaquim Félix de Carvalho e Osvaldo Ferrarez de Castro, sendo que os seis primeiros policiais integravam o RCM e os demais o 6º Batalhão de Infantaria da PMMG, sediado em Governador Valadares.¹⁶

X – Quadro das violações aos direitos humanos

Nome	Órgão	Função	Grave violação de direitos humanos	Conduta praticada pelo agente	Local da grave violação	Fonte documental/testemunhal sobre a autoria
Cabos José Maria Francisco, e soldados Francisco Torres Dutra, Sebastião Campelo de Oliveira, José Gomes Vidal, Sebastião Cândido da Silva, Argentino Teodoro Tavares, José Félix Gaspar, Florício Fornaciari, José Cirilo Borges, Milton Souto da Silva, soldado José Rodrigues, João	PMMG	Cabo e soldados	Assassinato	Disparos indiscriminados contra a multidão de operários em torno da Portaria da Usiminas	Ipatinga	1. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo nº 2.035, 6 v., 1963-1965. 2. Relatório do Inquérito Penal Militar 1963-1965

¹⁶ PMMG. *Relatório de Inquérito Penal Militar, 1963-1965.*

Clementino da Silva, João Medeiros, Moacir Gomes de Almeida, Odeino Gomes, Elson Valeriano, Joaquim Félix de Carvalho e Osvaldo Ferrarez de Castro						
Tenente Jurandir	PMMG	Tenente	Assassinato	Responsável pela operação culminada no Massacre, atuando na aglomeração em torno da portaria da Usiminas	Ipatinga	1. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo nº 2.035, 6 v., 1963-1965. 2. Relatório do Inquérito Penal Militar 1963-1965
Capitão Robson Zamprogno	PMMG	Capitão	Assassinato	Comandante do destacamento local pertencente ao 6º BI da PMMG, sediado em Governador Valadares, e delegado especial do então Distrito de Ipatinga, em Coronel Fabriciano, que também incluía homens do 6º BI e do RCM	Ipatinga e Governador Valadares	1. MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, 6 v., 1963-1965. 2. Relatório do Inquérito Penal Militar 1963-1965

XI – Fontes principais da apuração

Identificação da testemunha	Fonte	Informações relevantes
Hélio Mateus Ferreira, sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade (CNV) em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013. ¹⁷	Relata detalhes da ação policial de 7/10/1963 e descreve o contexto em que viviam os operários em Ipatinga
Edson Oliveira, participante da Atamig, que solicitou a audiência	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ¹⁸	Fala sobre o quadro atual em Ipatinga em relação ao Massacre e as dificuldades para apuração
Hélio Madaleno, sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ¹⁹	Relata como sobreviveu ao Massacre.
Adil Albano, sobrevivente do Massacre.	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁰	Relata sua relação com o Massacre e como sobreviveu
Sebastiana Vieira, filha de sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²¹	Relata como seu pai se escondeu na Usiminas e conseguiu evitar a repressão, além da situação em que se encontra a família.

¹⁷ https://www.youtube.com/watch?v=cbCXfwGh1pU&list=PL9n0M01xl2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=1

¹⁸ https://www.youtube.com/watch?v=Ne0NP6AyYD4&list=PL9n0M01xl2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=3

¹⁹ https://www.youtube.com/watch?v=mRGZLy2eWOQ&index=4&list=PL9n0M01xl2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d

²⁰ https://www.youtube.com/watch?v=O7DJU8B6R_o&list=PL9n0M01xl2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=5

²¹ https://www.youtube.com/watch?v=cbCXfwGh1pU&list=PL9n0M01xl2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=1

José Horta de Carvalho, sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²²	Fala sobre a situação em que viviam as pessoas em Ipatinga e como a Usiminas controlava toda a cidade
José das Graças Oliveira, sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²³	Relata seu trabalho na cavalaria da PMMG e como sobreviveu ao Massacre
Rossi do Nascimento, filho de José Isabel do Nascimento, morto no Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁴	Fala sobre a atuação de seu pai, fotógrafo amador que registrou quadros do Massacre, e da suspeita de que tenha sido vítima de “queima de arquivo”.
Francisco da Fonseca, sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁵	Relata como a vigilância da Usiminas atuou e ajudou a remover corpos das vítimas
Clay Villian, dono do caminhão que transportou policiais militares ao portaria da Usiminas	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁶	Relata que seu caminhão foi fichado pela Usiminas para atender à cavalaria da PMMG
Elias Silvino de Souza, sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁷	Relata o tempo que trabalhou na Usiminas e como foi atingido por um tiro
Conceição Maia Ribeiro, Irmã de desaparecido na data do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁸	Relata como busca o irmão desde seu desaparecimento por ocasião do Massacre
José Deusdeth Chaves, líder sindicalista na época	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ²⁹	Relata a relação íntima entre a PMMG e o corpo de vigilantes da Usiminas.
Jurandir Persichini Cunha, metalúrgico da Usiminas e sobrevivente do Massacre	BRASIL. CNV. Testemunho prestado perante a CNV em audiência pública. Ipatinga, 7/10/2013 ³⁰	Relata sua participação na resistência dentro do alojamento Santa Mônica, Horto, Ipatinga, e 6/10/1963 e como sobreviveu ao Massacre no portão da Usiminas em 7/10/1963, assim como sua prisão em Ipatinga, 4/10/1967, quando distribuía o jornal Liberdade.

XII – Conclusão

Diante das circunstâncias relativas ao caso e das investigações realizadas, conclui-se que a vítima foi assassinada por agentes do Estado, restando desconstruída a versão oficial, divulgada à

²² https://www.youtube.com/watch?v=HMQoCt44NMU&index=7&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d

²³ https://www.youtube.com/watch?v=kCjxP7Gass&index=9&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d

²⁴ https://www.youtube.com/watch?v=r3U4_3Jk1w0&index=10&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d

²⁵ https://www.youtube.com/watch?v=tvbsm8bY9BI&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=11

²⁶ https://www.youtube.com/watch?v=O6hzsmgo3GQ&index=12&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d

²⁷ https://www.youtube.com/watch?v=aOuvqtobSg&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=13

²⁸ https://www.youtube.com/watch?v=QnBjtvPSYg&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=14

²⁹ https://www.youtube.com/watch?v=AM1LwbFP0d0&index=15&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d

³⁰ https://www.youtube.com/watch?v=QnBjtvPSYg&list=PL9n0M0IxI2jeUdl_NbO1-pZkHw9XEmm-d&index=14

época,³¹ que interpreta o tiroteio como se fosse conformado por meros atos de autodefesa e cunho contingente,

³¹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR. *Relatório do Inquérito Penal Militar*. Processo nº 2.035. 6 v., 1963-1965.